

– *Encontro com os clássicos* –**O sentido do Confederalismo***

Murray Bookchin

Poucos argumentos vêm sendo usados de maneira mais eficaz, para contestar a ideia de democracia participativa, do que a afirmação de que vivemos em uma “sociedade complexa”. Centros urbanos modernos, dizem, são muito grandes e muito densamente povoados para permitir tomadas de decisão direta ao nível das bases. Nossa economia é também muito “global”, presumivelmente, para desvendar os meandros da produção e do comércio. Atualmente, em nosso transnacional e, muitas vezes, altamente centralizado sistema social, é aconselhável, para reforçar a representação do Estado, aumentar a eficiência das instituições burocráticas ao invés de avançar na utopia “localista” de esquemas de controle popular sobre a vida política e econômica.

Afinal, esses argumentos funcionam frequentemente de maneira a colocar centralistas realmente como “localistas”, no sentido de acreditar em “mais poder para o povo” – ou, pelo menos, para os seus representantes. E, certamente, um bom representante está sempre ansioso para conhecer os desejos dos seus “representados” [*constituents*] (para usar outra palavra arrogante que substitua “cidadãos”).

Mas, democracia direta?¹ Esqueça o sonho que em nosso mundo “complexo” e moderno poderemos ter qualquer alternativa democrática para o Estado-nação! Muitas pessoas pragmáticas, incluindo aí socialistas, muitas vezes repudiam os argumentos para esse tipo de “localismo”, apontando-os como utópicos – com a condescendência da boa fé na melhor, e escárnio na pior das hipóteses. Na verdade, há alguns anos atrás, em 1972, um artigo publicado no periódico “*Root and Branch*” e escrito por Jeremy Brecher, um social-democrata, me desafiou a explicar como minhas opiniões “descentralizadoras” expressas em meu livro *Post-Scarcity Anarchism* impediriam, por exemplo, que a cidade de Troy, no estado de Nova York, despejasse seus resíduos sem tratamento no rio Hudson, a partir do qual as cidades à jusante como Perth Amboy extraem sua água potável.

Superficialmente, argumentos como os de Brecher a favor de um governo centralizado parecem bastante convincentes. Uma estrutura que é certamente “democrática”, mas ainda em grande parte construída de cima para baixo, é dada como necessária para prevenir que uma localidade gere impactos ambientais sobre outra. Mas argumentos

1 No original em inglês: *face-to-face democracy*. (N.T.)

* Tradução do texto original “*The Meaning of Confederalism*” (1990). Disponível online em <http://theanarchistlibrary.org>.

Tradução: Eduardo de Oliveira Rodrigues. Revisão: Marcelo Lopes de Souza

Revista Território Autônomo | nº 1 | Primavera de 2012

convencionais, tanto políticos quanto econômicos, contra a descentralização, que vão desde o destino da água potável de Perth Amboy ao nosso “vício” relativamente ao petróleo, possuem seus alicerces fincados em uma série de suposições muito problemáticas. Mais perturbador ainda, é que estes mesmos argumentos repousam sobre uma aceitação inconsciente do *status quo* econômico.

Descentralização e Autossustentabilidade

A suposição de que o que existe atualmente deve necessariamente existir, é justamente o ácido que corrói todo o pensamento visionário (como testemunha disto, citamos a tendência recente de radicais a abraçar o “socialismo de mercado” ao invés de lidar com as falhas da economia de mercado, assim como do socialismo de Estado). Sem dúvida, teremos de importar mais café para aquelas pessoas que precisam de ajuda na mesa do café da manhã, ou importar mais metais exóticos [*exotic metals*] para pessoas que querem que seus bens sejam mais duradouros, do que o lixo produzido por uma economia pautada conscientemente pela engenharia do descarte. Mas, para além da irracionalidade absoluta de apinhar dezenas de milhões de pessoas em cinturões urbanos congestionados, tem a atual e extravagante Divisão Internacional do Trabalho necessariamente que existir, a fim de satisfazer as necessidades humanas? Ou ela foi criada para proporcionar lucros extravagantes para as empresas multinacionais? Será que devemos ignorar as consequências ecológicas da pilhagem do Terceiro Mundo e dos

seus recursos, que interligam, de maneira caótica, a vida econômica moderna com as áreas ricas em petróleo, cujos principais produtos incluem poluentes atmosféricos e agentes cancerígenos derivados desta matéria-prima? Ignorar o fato de que a nossa “economia global” é o resultado da crescente burocracia industrial e de uma economia de mercado competitiva, cujo mote é “crescer ou morrer”, parte de uma visão extremamente míope.

É até ocioso explorar as boas razões ecológicas para se alcançar uma certa medida de autossustentabilidade. A maior parte das pessoas que possuem consciência ambiental estão cientes de que uma enorme divisão nacional e internacional do trabalho causa um grande desperdício no sentido literal da palavra. Uma divisão excessiva do trabalho não apenas leva a uma superorganização na forma de uma enorme burocracia e de gastos gigantescos de recursos em transporte de materiais a grandes distâncias; ela igualmente reduz as possibilidades tanto de reciclagem dos resíduos de maneira eficaz, quanto de evitar a poluição (que pode ter sua origem nos centros industriais e populacionais altamente concentrados), além de reduzir a capacidade de fazer bom uso de matérias-primas em escala local ou regional.

Por outro lado, não podemos ignorar o fato de que comunidades *relativamente* autossustentáveis, nas quais o artesanato, a agricultura e as indústrias servem a redes de comunidades organizadas confederadamente, aumentam as oportunidades e os estímulos aos quais os indivíduos estão expostos, levando suas personalidades a se tornarem mais completas, dotadas de um rico sentido de individualidade e competência. O ideal grego do

cidadão completo, em um ambiente também completo – que reapareceu nas obras utópicas de Charles Fourier – foi há muito acalentado pelos anarquistas e socialistas do século passado.

A oportunidade do indivíduo para dedicar sua atividade produtiva a muitas tarefas diferentes ao longo de uma atenuada semana de trabalho (ou, na sociedade ideal de Fourier, ao longo de um determinado dia), era visto como um fator vital para superar a divisão entre a atividade manual e intelectual, para transcender as diferenças de status criadas por essa grande divisão de trabalho, e para aumentar a riqueza de experiências vindas de um movimento livre a partir da indústria, que passa pelo artesanato e vai até o cultivo de alimentos. Por isso a autossustentabilidade faz um “eu” mais fértil, reforçado por experiências variadas, competências e garantias. Infelizmente essa visão foi perdida pela esquerda e por muitos ambientalistas hoje em dia, com o seu deslocamento em direção a um liberalismo pragmático e pela ignorância trágica do próprio passado visionário do movimento radical.

Nós não devemos, creio eu, perder de vista o que significa viver um modo de vida ecológico, e não apenas seguir práticas ecológicas benéficas. O grande número de manuais que nos ensinam a conservar, investir, comer e comprar de uma maneira “ecologicamente responsável” são uma caricatura da necessidade mais básica para refletir sobre o que significa pensar – sim, racionalmente – e viver ecologicamente no sentido mais pleno do termo. Assim, eu poderia dizer que a agricultura orgânica é mais do que uma boa forma de cultivo e uma boa fonte de nutrientes. É acima de tudo uma forma de colocar a si mesmo diretamente na cadeia

alimentar por cultivar, pessoalmente, as mesmas substâncias que se consome para viver e por devolver ao meio ambiente o que se extrai dele.

A comida torna-se assim mais do que uma forma de nutriente material. Lavra-se o solo, cultiva-se e consomem-se os seres vivos, prepara-se o adubo, e todos se unem em um *continuum ecológico* para alimentar o espírito, assim como o corpo, aguçando-se a sensibilidade para o mundo humano e não-humano que nos rodeia. Muitas vezes me divirto com “espiritualistas” zelosos, muitos dos quais são espectadores passivos das paisagens aparentemente “naturais”, ou os devotos de rituais, de magia e de deuses pagãos (ou todos estes), que não conseguem perceber que uma das atividades mais eminentemente humanas – ou seja, o cultivo de alimentos – pode fazer muito mais para promover uma sensibilidade ecológica (e espiritual, se você preferir) do que todos os encantamentos e mantras concebidos em nome do espiritismo ecológico.

Tais monumentais mudanças, como a dissolução do Estado-nação e sua substituição por uma democracia participativa, não ocorrem então em um vácuo psicológico, onde somente a estrutura política é alterada. Meu argumento contra Jeremy Brecher era de que em uma sociedade radicalmente inclinada em direção à democracia descentralizada e participativa, orientada por princípios comunitários e ecológicos, a única coisa razoável a se supor é que as pessoas não escolheriam uma tal desobrigação socialmente irresponsável a ponto de permitir que as águas do rio Hudson fossem tão poluídas. Descentralismo, democracia direta e participativa, e uma ênfase localista em valores comunitários, devem ser vistos como partes de uma peça única.

Eles seguramente têm sido tratados assim na visão que venho defendendo há mais de 30 anos. Esta “peça única” envolve não só uma nova política, mas uma nova cultura política que envolva novas formas de pensar e sentir, e novas relações humanas, incluindo as formas como experienciamos o mundo natural. Palavras como “política” e “cidadania” seriam redefinidas pelos seus ricos significados adquiridos no passado, e ampliados para o presente.

Não é muito difícil mostrar – ponto por ponto – como a Divisão Internacional do Trabalho pode ser bastante atenuada pela utilização de recursos locais e regionais, pela implementação de ecotecnologias capazes de promover formas de consumo humano mais racionais (inclusive saudáveis), e que enfatizem a produção de qualidade oferecida por meios de vida mais duradouros ao invés de descartáveis. É lamentável que o estoque considerável dessas possibilidades, as quais eu parcialmente construí e avaliei em meu ensaio de 1965 “Rumo a uma Tecnologia Libertadora”, sofram hoje com o ônus de terem sido escritas há muito tempo para serem acessíveis à atual geração de pessoas com uma maior consciência ecológica. Na verdade, nesse ensaio, eu também defendi a integração regional e a necessidade de interligar recursos entre as ecomunidades. Para as comunidades descentralizadas isto é fundamental, uma vez que elas são inevitavelmente interdependentes umas das outras.

Problemas do Descentralismo

Se muitas pessoas pragmáticas estão cegas para a importância do descentralismo, muitos no movimento ecológico tendem a ignorar problemas reais com o “localismo” –³ problemas que não são menos preocupantes do que os problemas levantados por um globalismo que promove o entrelaçamento da vida econômica e política em escala mundial. Como tenho defendido, sem tais mudanças holísticas, tanto culturais quanto políticas, noções de descentralismo que enfatizam o isolamento localista e um grau de autossuficiência podem levar a um paroquialismo cultural e ao chauvinismo. O paroquialismo pode levar a problemas que são tão graves quanto uma mentalidade “global” que é indiferente à singularidade das culturas, às peculiaridades dos ecossistemas e das ecorregiões, e à necessidade de uma vida na escala da comunidade humana, que torna possível uma democracia participativa. Esta não é uma questão secundária hoje em dia, no contexto de um movimento ecológico que tende a oscilar entre pensamentos muito bem intencionados, mas que representam extremos (em ambos os casos, ingênuos). Nunca é demais enfatizar que precisamos encontrar uma maneira de partilhar o mundo com outras formas de vida humanas e não-humanas, uma visão que é amiúde difícil de se atingir em comunidades excessivamente “autossuficientes”.

Mesmo eu respeitando as intenções daqueles que defendem a autossuficiência local e a autossustentabilidade, tais conceitos podem ser altamente enganosos. Sem dúvida, concordo com David Morris, do Instituto de Auto-Suficiência Local, por exemplo, que se uma comunidade pode

produzir o que necessita, ela provavelmente deve fazê-lo. Mas comunidades autossustentáveis não podem produzir todas as coisas que elas precisam – a menos que se trate de uma volta à árdua vida em aldeia, que historicamente quase sempre envelheceu prematuramente seus homens e mulheres com trabalho duro, permitindo-lhes muito pouco tempo para a vida política para além dos limites imediatos da comunidade em si.

É lamentável dizer que há pessoas no movimento ecológico que, de fato, defendem o retorno a uma economia de trabalho intensivo, para não falar das divindades da Idade da Pedra. Temos que dar claramente aos ideais do localismo, descentralismo e autossustentabilidade um maior e mais completo significado.

Hoje nós podemos produzir os meios básicos de vida – além de bons negócios – em uma sociedade ecológica, focada na produção em alta qualidade de bens úteis. No entanto, outras pessoas no movimento ecológico ainda, muitas vezes, acabam defendendo uma espécie de capitalismo “coletivo”, onde a comunidade funcionaria como um único empreendedor com um senso de propriedade sobre seus recursos. Esse sistema de cooperativas mais uma vez marca o início de um sistema de mercado de distribuição, com as cooperativas sendo enredadas na teia dos “direitos burgueses” – ou seja, nos contratos e na contabilidade que incidem sobre os valores exatos que uma comunidade receberá “em troca” do que ela oferece às outras. Essa deterioração ocorreu entre algumas empresas controladas por trabalhadores que funcionavam como empresas capitalistas em Barcelona, depois que os

trabalhadores expropriaram-nas em julho de 1936 – uma prática contra a qual a anarcossindicalista CNT lutou no início da Revolução Espanhola.

É um fato preocupante que nem descentralização e nem a autossuficiência em si sejam necessariamente democráticas. A cidade ideal de Platão na “República” foi realmente projetada para ser autossuficiente, mas a sua autossuficiência foi feita para manter uma elite de guerreiros, assim como uma elite de filósofos. Na verdade, a capacidade da *pólis* de preservar sua autossuficiência dependia da capacidade, como Esparta, para resistir à aparente influência “corruptiva” de culturas exteriores a ela (uma característica, eu posso afirmar, que ainda aparece em muitas sociedades fechadas no Oriente). Da mesma forma, a descentralização em si não fornece nenhuma garantia de que teremos uma sociedade com uma maior consciência ecológica. Uma sociedade descentralizada pode facilmente coexistir com hierarquias extremamente rígidas. Um exemplo flagrante é o feudalismo europeu e oriental, constituído por uma ordem social onde príncipes, duques, e hierarquias baroniais foram baseadas em comunidades altamente descentralizadas. Com todo o respeito devido a Fritz Schumacher, o pequeno não é necessariamente bonito.

Nem mesmo o caso das comunidades em escala humana e das “tecnologias apropriadas” por si só constituem garantias contra sociedades autoritárias. Na verdade, a humanidade viveu séculos em aldeias e pequenas cidades, muitas vezes com fortes laços sociais muito bem organizados e formas até comunistas de propriedade. Mas estas, por sua vez, forneceram a base material para estados

imperiais altamente despóticos. Considerando-as em termos econômicos e de propriedade, essas comunidades podem ganhar um lugar de destaque nas perspectivas do “crescimento zero” de economistas como Herman Daly, mas elas foram as pedras fundamentais usadas para construir o mais incrível dos despotismos orientais da Índia e da China. O que essas comunidades autossuficientes e descentralizadas temiam quase tanto quanto os exércitos que as devastaram, eram os fiscais de impostos imperiais que as saqueavam.

Se exaltarmos tais comunidades pelo seu alto nível de descentralização, autossuficiência, pequeno tamanho, ou emprego de “tecnologias apropriadas”, seríamos obrigados a ignorar a extensão em que elas eram também culturalmente estagnadas e facilmente dominadas por elites exógenas. Sua divisão aparentemente orgânica mas presa à tradição do trabalho, pode muito bem ter formado as bases para os sistemas de castas altamente opressivos e degradantes em diferentes partes do mundo, inclusive os que atormentam a vida social da Índia até hoje.

Correndo o risco de parecer contraditório, sinto-me obrigado a ressaltar que a descentralização, o localismo, a autossuficiência e mesmo cada confederação tomada de maneira isolada – não constituem uma garantia de que vamos conseguir uma sociedade racionalmente ecológica. Na verdade, todos eles têm em um momento ou em outro ajudado comunidades paroquiais, oligarquias, e até mesmo regimes despóticos. Certamente, sem as estruturas institucionais que se aglomeram em torno do uso que fazemos destes termos e sem combiná-los uns com os outros, não poderemos

esperar alcançar uma sociedade livre e com consciência ecológica.

Confederalismo e Interdependência

Descentralização e autossustentabilidade devem envolver um princípio muito mais amplo de organização social do que um mero localismo. Juntamente com a descentralização, tendências à autossuficiência, comunidades em escala humana e ecotecnologias, entre outras coisas, existe uma necessidade premente de formas democráticas e verdadeiramente comunitárias de interdependência – em suma, de formas libertárias de confederalismo.

Tenho detalhado há muito tempo, em muitos artigos e livros (particularmente em *A Ascensão da Urbanização* e *O Declínio da Cidadania*), a história das estruturas confederalistas da Antiguidade e na Idade Média até as confederações da Modernidade, como os *Comuneros* na Espanha durante o início do século XVI, o movimento seccional parisiense de 1793, e as tentativas mais recentes de confederação, sobretudo pelos anarquistas na Revolução Espanhola de 1930. Hoje, o que muitas vezes leva a sérios mal-entendidos entre descentralistas é seu fracasso, em todos os casos, em ver a necessidade de uma confederação – o que, pelo menos, tende a contrariar a tendência das comunidades descentralizadas em caminhar para a exclusividade e o paroquialismo. Se nos falta uma clara compreensão do que significa o confederalismo – naturalmente o fato dele ser um princípio chave e fornecer pleno significado ao descentralismo – a agenda de um municipalismo libertário pode

facilmente tornar-se vazia no melhor, ou ser usada para fins altamente provincianos no pior dos casos.

O que é então confederalismo? É acima de tudo uma rede de conselhos administrativos cujos membros ou delegados são eleitos a partir do voto direto em assembleias populares e democráticas, em várias aldeias, vilas e até mesmo em bairros de grandes cidades. Os membros desses conselhos confederalizados podem ter seus mandatos revogados, além de serem estritamente encarregados e responsáveis pelas assembleias que os escolheram com a finalidade de coordenar e administrar as políticas formuladas pelas próprias assembleias. Sua função é, portanto, uma questão puramente administrativa e prática, e não uma função de “formular políticas públicas”, como a dos representantes dos sistemas de governo republicano.

Uma visão confederalista envolve uma clara distinção entre formulação de políticas e a coordenação e execução das políticas adotadas. Formular políticas é exclusivamente o direito das assembleias populares da comunidade com base nas práticas da democracia participativa. A administração e coordenação são responsabilidade dos conselhos da confederação, que se tornam os meios para interligar as aldeias, vilas, bairros e cidades em redes confederalizadas. O poder assim flui de baixo para cima em vez de de cima para baixo, e nas confederações o fluxo de poder de baixo para cima diminui no âmbito do conselho federal, que vai territorialmente da escala local para as regiões, e das regiões para territórios cada vez mais amplos.

Um elemento crucial para dar realidade ao confederalismo é a interdependência das

comunidades para o fomento de um autêntico mutualismo com base em recursos compartilhados, produção e formulação de políticas. Se uma comunidade, de modo a estar interligada a um todo maior, não for obrigada a contar com outras (geralmente para satisfazer suas necessidades materiais mais importantes e realizar objetivos políticos comuns), as possibilidades de se cair em um exclusivismo e um paroquialismo são genuínas. Somente na medida em que percebemos que a confederação precisa ser concebida como uma extensão da forma de gestão participativa – por meio de redes confederalizadas – é que a descentralização e o localismo podem prevenir que as comunidades que compõem corpos maiores de associação fechem-se em si mesmas num paroquialismo, em detrimento de âmbitos mais vastos de consociação humana.

O confederalismo é assim uma forma de perpetuar a interdependência que deve existir entre as comunidades e regiões. Na verdade, ele é uma forma de democratização que cria interdependências, sem perder o princípio do controle local. Enquanto uma medida razoável de autossuficiência é desejável para cada localidade e região, o confederalismo é um meio de evitar o paroquialismo local por um lado, e uma divisão extravagante do trabalho em escala nacional e global do outro. Em suma, é uma maneira pela qual uma comunidade pode manter a sua identidade e integridade enquanto participa, compartilhando seus recursos, do todo maior que constitui uma sociedade ecologicamente equilibrada.

O confederalismo como um princípio de organização social atinge o seu pleno

desenvolvimento quando a economia em si é confederalizada pela criação de fazendas locais, fábricas e outros empreendimentos necessários sob controle municipal – isto é, quando uma comunidade, grande ou pequena, começa a gerenciar seus próprios recursos econômicos em uma rede interligada com outras comunidades. Neste sentido, forçar uma escolha entre a autossuficiência por um lado, ou um sistema de mercado baseado na troca por outro, é uma dicotomia simplista e desnecessária. Eu quero crer que uma sociedade confederalizada e ecologicamente consciente seria uma sociedade fundamentada no compartilhamento, baseada no prazer sentido na distribuição de recursos entre as comunidades de acordo com suas necessidades, e não aquela em que comunidades “cooperativamente” capitalistas ficam atoladas nas confusões geradas pelas relações de troca.

Impossível? A menos que estejamos dispostos a crer que bens nacionalizados (que reforçam o poder político do Estado centralizado com o poder econômico), ou uma economia de mercado privada (cujo mote “crescer ou morrer” ameaça o equilíbrio ecológico de todo o planeta) são mais viáveis, não consigo ver o que temos como alternativa viável além da municipalização confederalizada da economia. Desta maneira não haverá mais os burocratas privilegiados do Estado, ou empresários burgueses gananciosos, ou mesmo capitalistas “coletivos” nas chamadas empresas controladas pelos trabalhadores – todos com seu desejo especial em promover quem se depara com problemas referentes à comunidade, mas somente os cidadãos, independentemente de suas ocupações ou locais de

trabalho. Uma vez que isto ocorra, pela primeira vez será necessário transcender os interesses tradicionais especiais de trabalho, local de trabalho, status e relações de propriedade, e criar um interesse geral com base em problemas compartilhados por toda a comunidade.

Confederação é assim o conjunto da descentralização, localismo, auto-suficiência, interdependência – e muito mais. Este “muito mais” é a indispensável educação moral e formação do caráter – o que os gregos chamavam de *paidéia* – que contribui para uma cidadania ativa e racional em uma democracia participativa, ao contrário dos eleitores passivos e consumidores que nós temos hoje em dia. No final das contas, não há substituto para uma reconstrução consciente da nossa relação com os outros e com o mundo natural.

Se defendermos que a reconstrução da sociedade e da nossa relação com o mundo natural só pode ser alcançada pela descentralização ou pelo localismo, ou ainda pela autossustentabilidade, ficaremos com uma coleção incompleta de soluções. Tudo o que omitimos entre esses pressupostos para uma sociedade baseada em municípios confederados, com certeza deixaria um buraco no tecido social que esperamos criar. Esse buraco iria crescer e eventualmente destruir o tecido propriamente dito – como em uma economia de mercado que fosse conjugada com “socialismo”, “anarquismo”, ou qualquer outro conceito que se tenha da boa sociedade. O buraco acabaria afinal por dominar a sociedade como um todo. Também não podemos omitir a distinção entre fazer política e administrar, uma vez que quando a formulação de políticas escorrega das mãos do povo, ela é

devorada pelos seus delegados, que rapidamente se tornam burocratas.

O confederalismo deve ser assim concebido como um todo: um corpo conscientemente formado pela interdependência que une a democracia participativa nos municípios com um sistema rigorosamente supervisionado de coordenação. Ele envolve o desenvolvimento dialético da independência e dependência para uma forma mais ricamente articulada de interdependência, assim como o indivíduo em uma sociedade livre cresce da dependência na infância para a independência na juventude, apenas para negar os dois em uma forma consciente da interdependência entre os indivíduos e entre o indivíduo e a sociedade.

O confederalismo é assim uma espécie de fluido e uma espécie de constante desenvolvimento do metabolismo social, no qual a identidade de uma sociedade ecológica é preservada através de suas diferenças e pela virtude de seu potencial para uma diferenciação ainda maior. O confederalismo, na verdade, não marca o encerramento da história social (como os ideólogos do “fim da história” dos últimos anos nos querem fazer crer com o capitalismo liberal), mas sim o ponto de partida para uma nova história ecossocial marcada por um processo participativo de evolução dentro da sociedade e entre a sociedade e o mundo natural.

A Confederação como um duplo poder

Acima de tudo, tentei demonstrar em meus escritos anteriores como a confederação numa base municipal tem existido em forte tensão com o

Estado centralizado em geral, e com o Estado-nação dos últimos tempos. Tentei enfatizar que o confederalismo não é simplesmente uma forma de sociedade única, particularmente cívica ou municipal, de administração social. Ele é uma tradição vibrante nos assuntos relativos à humanidade, que possui uma história secular por trás dele. As confederações por gerações tentaram contrabalançar uma semelhante longa tendência histórica em direção à centralização e à criação do Estado-nação.

Se os dois – o confederalismo e o estatismo – não são vistos como em estado de tensão entre si (uma tensão na qual o Estado-nação tem usado uma variedade de intermediários, como os governos provinciais no Canadá e os governos estaduais nos Estados Unidos para criar a ilusão de “controle local”), então o conceito de confederação perde todo o significado. A autonomia provincial no Canadá e os direitos dos estados nos Estados Unidos são tão confederados quanto os “soviets” ou conselhos, que foram os meios através dos quais o controle popular existiu em tensão com o estado totalitário stalinista. Os soviets da Rússia foram retomados pelos bolcheviques, que os suplantaram com o seu partido em um ou dois anos após a Revolução de Outubro. Enfraquecer o papel dos municípios confederalizados (vistos como um poder contrário ao Estado-nação), como foi feito de maneira oportunista pelos candidatos supostamente “confederalistas” aos governos estaduais e, o que é mais terrível, ao governo de estados aparentemente democráticos (como alguns “verdes” dos EUA² fizeram), é ofuscar a importância da necessidade de

² O termo original em inglês é “U.S. Greens” (N.T.).

tensão entre o confederalismo e o Estado-nação. Aliás, isto obscurece o fato de que os dois não podem coexistir a longo prazo.

Ao descrever o confederalismo como um todo – como uma estrutura para a descentralização, democracia participativa e localismo – e como uma potencialidade para uma diferenciação ainda maior ao longo de novas linhas do desenvolvimento, gostaria de salientar que este mesmo conceito de totalidade que se aplica às interdependências entre municipalidades também se aplica ao próprio município. O município, como já assinali em trabalhos anteriores, é a arena política mais imediata do indivíduo, o mundo que está literalmente um passo além da privacidade da família e da intimidade das amizades pessoais. Nessa arena política primária, onde a política deve ser concebida no sentido helênico de, literalmente, gerir as urnas ou a comunidade, o indivíduo pode passar de uma mera pessoa a um cidadão ativo, de um ser privado a um ser público. Dada essa arena crucial que literalmente torna o cidadão um ser funcional que pode participar diretamente no futuro da sociedade, estamos lidando com um nível de interação humana que é mais básico (além da própria família) do que qualquer outro nível que se expressa nas formas de governos representativos, onde o poder coletivo é literalmente transmutado em poder personificado por um ou alguns indivíduos. O município é, portanto, a arena mais autêntica da vida pública, por mais que ele possa ter sido distorcido ao longo da história.

Em contraste, níveis delegados ou autoritários da “política” pressupõem a abdicação do poder municipal e dos cidadãos em algum grau. O

município deve ser sempre entendido como o mundo realmente e autenticamente público. Comparar mesmo cargos executivos como o de prefeito com a posição de um governador nos marcos das esferas representativas do poder equivale a, de modo crasso, não compreender a natureza política básica da vida cívica em si, a despeito de todas as suas deformações. Assim, para os “verdes”, lidar de forma meramente formal e analítica (como a lógica moderna instrui, apontando que termos como “executivo” podem fazer as duas posições serem intercambiáveis) é eliminar totalmente a noção de poder executivo do seu contexto, para coisificá-lo, torná-lo uma categoria simples e sem vida pelos ornamentos externos que damos à palavra. Se a cidade deve ser vista como um todo, e todas as suas potencialidades devem ser plenamente reconhecidas para a criação de uma democracia participativa, então os governos provinciais e os governos estaduais no Canadá e nos Estados Unidos devem ser vistos claramente como pequenas repúblicas estabelecidas e organizadas inteiramente em torno de representação na melhor, e da oligarquia na pior das hipóteses. Elas acabam por fornecer os canais de expressão para o Estado-nação, e constituem obstáculos para o desenvolvimento de uma esfera pública genuína.

Lançar um candidato “verde” para concorrer em uma eleição para prefeito com um programa municipalista libertário é, em suma, qualitativamente diferente do que concorrer para o cargo de governador, seja provincial ou estadual, com um programa supostamente libertário do municipalismo. Isto equivale a descontextualizar as instituições que existem no município, na província

ou no estado, e no próprio Estado-nação, colocando todos esses três cargos executivos em uma rubrica puramente formal. Pode-se dizer, com a mesma imprecisão, que pelo fato dos seres humanos e os dinossauros terem medulas espinhais, eles pertencem à mesma espécie ou até mesmo a um mesmo gênero. Em cada caso, uma instituição – seja ela municipal, conselheira, ou uma pessoa selecionada – deve ser entendida no contexto do município como um todo, assim como um presidente, primeiro-ministro congressista ou membro do parlamento, por sua vez, deve ser visto no âmbito do Estado como um todo. Dentro deste ponto de vista, lançar um candidato “verde” para concorrer a eleição para prefeito é fundamentalmente diferente do funcionamento de escritórios provinciais e estaduais. Pode-se entrar em infinitas e detalhadas razões, pelas quais os poderes de um prefeito estão muito mais controlados e sob tutela pública mais próxima do que os cargos públicos de governos estaduais e provinciais.

Correndo o risco de me repetir, devo dizer que ignorar esse fato é simplesmente abandonar qualquer sentido da contextualidade e do ambiente em que questões como a política, a administração, a participação e a representação devem ser colocados. Simplesmente, a prefeitura em uma cidade não é a capital de uma província ou de um estado, nem mesmo o próprio Estado-nação.

Sem dúvida, existem hoje cidades que são tão grandes que raíam a ser quase repúblicas pela sua importância. Pensemos, por exemplo, na área de uma megalópole como Nova York e Los Angeles. Em tais casos, o programa mais modesto que um

movimento ambientalista pode exigir, é que as confederações sejam estabelecidas dentro da área urbana – ou seja, entre bairros ou distritos determinados –, e não só entre as próprias áreas urbanas. Num sentido bem realista, essas entidades altamente povoadas, vastas e de grandes dimensões devem finalmente ser discriminadas institucionalmente como municípios autênticos, sendo apropriados para as dimensões humanas de maneira a permitir a democracia participativa. Essas entidades ainda não são plenamente poderes estatais, seja institucionalmente ou na realidade, como podemos encontrar até mesmo nas zonas pouco povoadas de alguns estados norte-americanos. O prefeito ainda não é um governador, com o enorme poder coercitivo que um governador tem. Nem o Conselho Municipal³ é um parlamento ou uma assembleia que pode, literalmente, legislar sobre a pena de morte, como está ocorrendo hoje nos Estados Unidos.

Nas cidades que são transformadas em quase-estados, existe ainda uma boa margem de manobra para que a política possa ser conduzida segundo linhas libertárias. Hoje, o executivo dessas entidades urbanas se constitui como um terreno extremamente precário – sobrecarregado por uma enorme burocracia, poderes de polícia, poder de tributação e sistemas jurídicos, que causam sérios problemas para uma perspectiva libertária do município. Devemos sempre nos perguntar com toda a franqueza qual forma a situação concreta toma. Nas grandes cidades onde os conselhos municipais e

³ No texto, *city council*. O *city council* é, grosso modo, um equivalente das câmaras de vereadores brasileiras. (N.R.)

as prefeituras porventura oferecerem uma arena política para a luta contra a concentração de poder em um executivo estadual ou provincial cada vez mais forte, e, ainda pior, em jurisdições regionais que abrangem, muitas vezes, várias cidades (Los Angeles é um exemplo notável), concorrer às eleições para o conselho da cidade pode ser o único recurso que temos, de fato, para deter o desenvolvimento das instituições de um Estado cada vez mais autoritário, e de ajudar a restaurar uma democracia institucional descentralizada.

Irá, sem dúvida, levar um longo tempo até que uma entidade urbana como a cidade de Nova York seja fisicamente descentralizada em municipalidades autênticas e, em última instância, em comunas. Tal esforço deve fazer parte do programa máximo de um movimento ambientalista. Mas não há nenhuma razão para que uma entidade urbana de tal magnitude não possa ser lentamente descentralizada institucionalmente. Devemos sempre ter em mente a distinção entre a descentralização física e a descentralização institucional. De tempos em tempos, excelentes propostas têm sido apontadas por radicais e até mesmo por planejadores urbanos para estabelecer a democracia em tais enormes entidades urbanas e, literalmente, dar maior poder às pessoas – para serem, por fim, cinicamente derrubadas por centralistas que invocam impedimentos físicos para tal realização.

Isso confunde os argumentos dos defensores da descentralização, de maneira a tornar congruente a descentralização institucional com o rompimento físico destes espaços de grande porte. Há uma certa traição por parte dos centralistas em fazer essas duas

linhas muito distintas de desenvolvimento parecerem idênticas, ou ainda enredar-las uma com a outra. Municipalistas libertários devem sempre ter claramente em mente a distinção entre descentralização institucional e física, e reconhecer que o primeiro é totalmente viável, mesmo enquanto o último possa levar anos para ser atingido.

3 de novembro de 1990